

Camões, Maquiavel e o Estado moderno

Camões, Machiavelli and the modern State

Michel Goulart da Silva¹

Resumo: Neste ensaio se discute de forma comparativa elementos de aproximação entre *Os lusíadas*, de Luis de Camões, e *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel, no que se refere ao processo de constituição do Estado moderno. São comparados e analisados fragmentos dessas obras procurando mostrar similaridades ente as duas obras. Procura-se demonstrar a relação da concepção dessas obras com o contexto de renovação cultural e intelectual que tem como fundamento o Renascimento na Europa.

Palavras-chave: Camões. Maquiavel. Estado Moderno. Renascimento.

Abstract: This essay discusses in a comparative way elements of approximation between *Os Lusíadas*, by Luis de Camões, and *The Prince*, by Nicolau Machiavelli, with regard to the process of constitution of the modern State. Fragments of these works are compared and analyzed, trying to show similarities between the two works. The aim is to demonstrate the relationship between the conception of these works and the context of cultural and intellectual renewal based on the Renaissance in Europe.

Keywords: Camões. Machiavelli. Modern State. Renaissance.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC).

Um dos elementos possíveis de discussão na obra de Luís de Camões (1524-1579) passa pela análise das ideias políticas presentes em sua obra. O período em que viveu está marcado por mudanças em diferentes âmbitos, o que, no caso da política, passa pela constituição dos Estados nacionais em meio às transformações provocadas pelo esgotamento do modo de produção feudal. Essa possibilidade de leitura da obra de Camões aproxima sua perspectiva daquela desenvolvida por Nicolau Maquiavel (1469-1527).

O período está marcado por transformações filosóficas, em especial pelo desenvolvimento do empirismo e pelos avanços no método científico. Segundo Rossi (2011, p. 186), “colocado diante do mundo, o homem poderá distinguir, mediante as teorias e os experimentos, aquilo que no mundo é objetivo e real (independente da presença do homem) e aquilo que pertence à esfera relativa, subjetiva e flutuante da experiência sensível”. Esse processo evidencia uma transformação da percepção da realidade, na qual o mundo pode ser

[...] explicado em termos de estrutura e de movimentos materiais; a compreensão de tais estruturas e tais movimentos é capaz de explicar as mudanças que intervêm nos corpos sólidos, nos líquidos e nos gases, de fornecer uma descrição “verdadeira” dos comportamentos naturais e, ao mesmo tempo, explicar também as chamadas aparências sensíveis e os próprios erros que derivam dos sentidos (ROSSI, 2011, p. 186).

Esses traços gerais expressavam uma sociedade que se transformava na economia, na cultura e na política, entre outros âmbitos, devido ao surgimento e consolidação de uma nova classe social, a burguesia, e ao desenvolvimento, ainda que embrionário, das rela-

ções de produção capitalistas. Em âmbito cultural, a época está marcada principalmente pelo Renascimento, que, em diferentes países, expressou o desenvolvimento de inovações na produção cultural e científica. Entende-se que a ideia de Renascimento

[...] é fundamental para a história europeia moderna. Ela não só serviu para caracterizar uma revitalização da atividade artística e científica, mas assinalou a decolagem para a prosperidade econômica, o “capitalismo”, a conquista mundial e a “modernização”, todos intimamente inter-relacionados (GOODY, 2011, p. 15-6).

O período também está marcado em grande medida pelo início de superação do predomínio de um pensamento religioso, mostrando particularidades nas diferentes regiões, inclusive sendo possível falar em “várias renascenças” (GOODY, 2011, p. 33). O renascimento português acabou ficando mais conhecido por práticas e experiências de empreendimentos marítimos. Em comparação, a versão italiana do Renascimento, referenciada com frequência, ficou mais conhecida pela expressão cultural, ainda que nela também tenha se desenvolvido algumas das bases para o pensamento político moderno, entre as quais se destacam as ideias desenvolvidas por Maquiavel.

Quando se compara alguns elementos de *Os lusíadas* (1572), obra mais importante de Camões, com a obra mais conhecida de Maquiavel, *O príncipe* (1532), percebe-se preocupações em comum, na medida em que “ambos se defrontaram com situações nacionais que desejavam ver modificadas” (LAFER, 1978, p. 135). Em suas obras, tanto Camões como Maquiavel pensam os Estados nacionais em processo de afirmação, no caso português, ou em formação, no caso do que viria a ser a Itália.

Neste ensaio se discute de forma comparativa elementos de aproximação entre as obras de Camões e de Maquiavel, no que se refere a temas comuns relacionados ao processo de constituição do Estado moderno. Esses temas comuns passam pela discussão sobre a vontade e o agir humano, a relação entre a moral e a política, a piedade e a razão no ato de governar, entre outras questões. Essa relação na concepção expressa nessas obras, vistas em seu contexto, permite compreender a renovação cultural e intelectual que tem como fundamento o ascenso do capitalismo e o Renascimento na Europa.

CAMÕES, MAQUIAVEL E SEU CONTEXTO

Camões foi um poeta e soldado português, considerado um dos principais escritores da língua portuguesa. Iniciou sua carreira literária ainda jovem, como um poeta lírico na corte de Dom João III. Em 1547, ingressou no Exército da Coroa Portuguesa, vindo a embarcar como soldado para a África. Foi nessa ocasião que Camões perdeu o olho direito. Retornou a Portugal e logo foi destacado para nova missão, nas Índias, onde participou de várias expedições militares. Camões foi preso tanto em Portugal como no Oriente, tendo, em alguma dessas ocasiões, escrito *Os Lusíadas*. Publicou sua obra no retorno a Portugal, recebendo uma pequena quantia, em dinheiro, do Rei Dom Sebastião.

O poema épico *Os Lusíadas*, cuja estrutura é dividida em dez cantos, subdivididos em estrofes de oito versos, trata das viagens dos portugueses “por mares nunca de antes navegados” (CAMÕES, 2018, I, 1, p. 3). Camões narra a viagem do navegador português Vasco da Gama (1469–1524) em busca da rota marítima para a Índia e outros

acontecimentos relacionados. Esses acontecimentos marítimos são um marco nas relações comerciais e exploratórias do século XV e na consolidação de um momento historicamente importante para Portugal, afinal esse “empreendimento implicou um processo de reorganização dos poderes no Reino e de constituição de novos poderes para garantir o domínio e a soberania sobre as novas áreas do Império” (NEMI, 2024, p. 30). Como consequência,

[...] em meio às conquistas marítimas, o Reino de Portugal alinhava o espírito das Cruzadas contra os infiéis ao domínio do comércio de especiarias e escravos e à exploração de territórios ricos em metais preciosos. Por isso, principalmente em função dos efeitos da crise do século XIV e do empobrecimento causado pelas guerras peninsulares, já que os Reis Católicos pretendiam manter Portugal sob a sua soberania, o Atlântico parecia um caminho novo que garantiria a soberania política e econômica dos portugueses (NEMI, 2024, p. 30-1).

Os cantos de *Os Lusíadas* estão divididos em cinco partes: proposição (onde narram-se os feitos portugueses), invocação (das ninfas do Tejo), ofertório (do rei D. Sebastião), narração e epílogo. Nessa obra canta-se a pátria e a história de Portugal, sendo a viagem de expansão marítima um elemento central nesse processo. Segundo Botelho (2023, p. 119), “por meio de um narrador onipresente, a epopeia camoniana traduz bem a extraordinária aventura da conquista do mar em busca de terras distantes e ignoradas pelo homem, dando ênfase ao herói coletivo que representa a sua Nação, traduzida pelo título da obra”.

O contexto de Maquiavel, por sua vez, estava marcado pela constituição e consolidação do Estado moderno. Na época, Florença era governada pela família Médici. Em 1478, Juliano de Médici foi assas-

sinado e seu irmão, Lourenço de Médici, que dividia o poder com Juliano, tornou-se senhor absoluto da república florentina, ficando no poder até 1492. Depois da morte de Lourenço, Piero II, seu filho, herdou o poder da República de Florença, mas um golpe arquitetado pelo padre dominicano Jerônimo Savonarola expulsou os Médici de Florença. Em 1497, Savonarola foi excomungado da Igreja. Em 1512, os Médici retomaram o poder de Florença.

Em 1498, Maquiavel foi nomeado, pela primeira vez, para um cargo público na cidade de Florença, tornando-se segundo-secretário da Chancelaria do Governo. Em 1502, Soderini, governante sucessor de Savonarola, encarregou Maquiavel da constituição de uma milícia de Florença. Em fevereiro de 1513, depois do retorno dos Médici ao poder, Maquiavel, em função de seu vínculo com o governo anterior e a sua ligação com milícias e campanhas militares ligadas a esse mesmo governo, foi acusado de conspiração, chegando a ser preso e torturado.

Depois de ser libertado, Maquiavel exilou-se em sua casa de campo, vindo a escrever, nessa época, os primeiros esboços de *O Príncipe*. Esse livro “trata do momento da formação de um novo domínio, das formas de conquista e manutenção de um principado” (BARROS, 2008, p. 241). Nessa obra e em outros textos escritos por Maquiavel na mesma época, “a principal preocupação parece ser com a crise que envolvia os fundamentos constitucionais das cidades republicanas e sua possibilidade de sobreviver como comunidades livres num mundo que começava a ser dominado pelas grandes monarquias territoriais” (BARROS, 2008, p. 241).

O ESTADO MODERNO E SUAS OBRAS

Nas obras de Camões e Maquiavel pode-se encontrar, de um lado, uma tentativa de reflexão da política a partir da experiência mundana, sem que as explicações acerca do poder ou acerca dos direitos sejam vistas emanadas diretamente de Deus, expressando ideias que vinham sendo elaboradas desde os séculos anteriores. No caso da obra de Maquiavel, fica “evidenciado que o formato, os pressupostos e vários entre os argumentos centrais do *Príncipe* fazem que seja fácil identificar esse livro como pertencendo a uma tradição já consolidada no pensamento político” (SKINNER, 1996, p. 150).

Camões, por sua vez, está olhando para as navegações portuguesas, que, ao longo de décadas, por meio da experiência e dos novos conhecimentos empíricos, expandiram o império e percorreram distâncias cada vez maiores. Nesse sentido, sua obra surge “num ambiente de entusiasmo generalizado da Expansão, justificando-a, juntamente com obras historiográficas portuguesas”, com seu trabalho imortalizando, “pela poesia, os feitos que os historiadores dos Descobrimentos e da Expansão deixaram por escrito. Devido, talvez, às circunstâncias próprias da sua época, a difusão da Fé e o espírito de Cruzada parecem acompanhar, lado a lado, os avanços do conhecimento científico” (ALBUQUERQUE, 2021, p. 151).

Camões e Maquiavel estavam diante de práticas e experiências, observados e refletidos, analisados em suas obras, escrevendo em um período de desenvolvimento embrionário do modo de produção capitalista e de superação das relações de produção feudais. Nesse período, “os Estados nacionais apenas começavam a exercer a longa he-

gemonia que marcaria a modernidade e a ideia de Estado constitucional ainda precisaria esperar uns bons séculos para aparecer e se consolidar” (SINGER, 2006, p. 348). Observa-se que

[...] o ideal de um Estado que garanta a liberdade política nasce justamente com o humanismo cívico da Renascença e será, pelo menos em parte, com referência a ele que o liberalismo irá se gestar como o pensamento político dominante no ocidente a partir da segunda metade do século XVIII (SINGER, 2006, p. 348).

Esses são elementos que, em certa medida, aproximam o poeta português e o teórico político florentino. Encontram-se pontos de contato entre *Os Lusíadas* e *O Príncipe*, entre outras questões, no tema da escolha dos ministros e dos conselheiros do rei. Em ambos são dados conselhos de como o rei deve escolhê-los bem. Maquiavel afirma:

Não é de pequena importância para um príncipe a escolha dos ministros, os quais são bons, ou não, conforme a prudência do príncipe. E a primeira conjectura que se faz acerca do cérebro de um senhor é ver os homens que tem à sua volta: quando são competentes e fiéis, podemos sempre reputá-lo sábio, porque soube lhes reconhecer a competência e sabe mantê-los fiéis; mas quando não forem assim, podemos sempre fazer um juízo negativo sobre ele; porque o primeiro erro que faz é feito nessa escolha (MAQUIAVEL, 2017, XXII, p. 235).

Maquiavel mostra certa desconfiança em relação àqueles que circundam o príncipe, destacando a importância da competência e da lealdade nessas escolhas. O destaque para esses elementos não se dá por acaso. Em sua obra, “os homens são descritos por Maquiavel como geralmente ingratos, volúveis, perversos, simuladores, interes-

seiros, covardes e ambiciosos” (BARROS, 2008, p. 237-8). Camões, por sua vez, não deixa de demonstrar certa desconfiança:

Oh, quanto deve o Rei que bem governa
De olhar que os conselheiros ou privados
De consciência e de virtude interna
E de sincero amor sejam dotados!
Porque, como *estê* posto na superna
Cadeira, pode mal dos apartados
Negócios ter notícia mais inteira
Do que lhe der a língua conselheira
(CAMÕES, 2018, VIII, 54, p. 208).

Maquiavel e Camões também chamam a atenção para o reconhecimento e recompensas que devem ser dadas àqueles que colaboram para o bem do reino e são fiéis ao soberano ou do cuidado que se precisa ter com pessoas que tenham outras intenções que não o bem comum. Camões comenta, acerca dos conselhos a D. Sebastião de como agir com cautela:

Aqui tens companheiro, *assi* nos feitos
Como no galardão injusto e duro;
Em ti e nele veremos altos peitos
A *baxo* estado vir, humilde e escuro.
Morrer nos hospitais, em pobres leitos,
Os que ao Rei e à Lei servem de muro!
Isto fazem os Reis cuja vontade
Manda mais que a justiça e que a verdade.

Isto fazem os Reis quando embebidos
Na aparência branda que os contenta:
Dão os prêmios, de Aiace merecidos,
A língua vã de Ulisses, fraudulenta.
Mas vingo-me: que os bens mal repartidos

Por quem só doces sombras apresenta,
Se não os dão a sábios cavaleiros,
Dão-os logo a avarentos lisonjeiros
(CAMÕES, 2018, X, 23-24, p. 249-50).

Por sua vez, Maquiavel, quando comenta do tratamento a ser dado aos que servem ao governante, afirma que

[...] o príncipe deve pensar no ministro, para que este se mantenha bom, dando-lhe honrarias, fazendo-o rico, vinculando-o a si, partilhando com ele as honras e os encargos: para que veja que não pode subsistir sem ele e para que as muitas honras não lhe façam desejar mais honras, as muitas riquezas não lhe façam desejar mais riquezas, e os muitos encargos lhe façam temer as mudanças. Quando, pois, os ministros, e os príncipes em relação aos ministros, são desse feitio, podem fiar-se um no outro; quando não são, o fim será sempre danoso ou para um ou para o outro (MAQUIAVEL, 2017, XXII, p. 235).

Percebe-se, portanto, em ambos a preocupação com um agir humano, como uma prática política e social, que faz parte de uma vida marcada pelas relações materiais da sociedade. Seja aconselhando soberanos, seja narrando suas aventuras, não deixam de olhar para essas ações como motivadas por vontades e preocupações concretas da prática humana. Embora não deixem de levar em conta a divindade ou eventuais contingências, Maquiavel e Camões destacam as ações humanas como componente fundamental para transformar, mover ou mesmo manter as condições concretas a que o governo está submetido.

POLÍTICA E MORAL NO ESTADO

Outro tema que aparece nas obras tanto de Camões como de Maquiavel é acerca da maldade e da piedade. No caso de *Os lusíadas*, uma passagem bastante conhecida é episódio de Inês de Castro, no qual Camões faz transparecer a “razão de Estado” portuguesa, mesmo que ainda vinculada a uma profunda unidade espiritual cristã. Nele há uma reflexão sobre o papel do Rei Afonso que, após obter vitória na guerra contra os mouros, não pode gozar dos benefícios de sua conquista, pois, mesmo vitorioso nas armas, teve que atender aos desígnios de seu povo. O poeta assim apresenta de forma resumida o ocorrido:

Passada esta tão próspera vitória,
Tornando Afonso à Lusitana terra,
A se lograr da paz com tanta glória
Quanta soube ganhar na dura guerra,
O caso triste, e *dino* da memória,
Que do sepulcro os homens desenterra,
Aconteceu da mísera e mesquinha
Que *depois* de ser morta foi Rainha
(CAMÕES, 2018, III, 118, p. 88).

Depois do retorno do Rei Afonso a Portugal, encontra seu filho apaixonado por uma mulher que desagradava ao povo, Inês. Decide então matar Inês, para que seu filho desse amor fosse libertado e, por sua vez, trouxesse contentamento ao povo, abrindo novas possibilidades de sucessão. Camões assim explica:

Tirar Inês ao mundo determina,

Por lhe tirar o filho que tem preso,
Crendo *co* sangue só da morte *indina*
Matar do firme amor o fogo aceso.
Que furor consentiu que a espada fina,
Que pôde sustentar o grande peso
Do furor *Mauro*, fosse alevantada
Contra uma fraca dama delicada?
(CAMÕES, 2018, III, 123, p. 89).

Contudo, ao trazerem os carrascos, com Inês perante o rei, este se mostra compadecido e arrependido. O povo continuava a incitar o rei a matá-la. O fragmento é assim narrado:

Traziam-na os horríficos algozes
Ante o Rei, já movido a piedade;
Mas o povo, com falsas e ferozes
Razões, à morte crua o persuade.
Ela, com tristes e piedosas vozes,
Saídas só da mágoa e saudade
Do seu Príncipe e filhos, que deixava,
Que mais que a própria morte a magoava
(CAMÕES, 2018, III, 124, p. 90).

No exercício da razão do Estado, o chamado do povo fez com que o Rei Afonso executasse Inês, para assim governar os súditos, apesar de mostrar-se arrependido. Os acontecimentos seguintes são assim narrados:

Queria perdoar-lhe o Rei benigno,
Movido das palavras que o magoam;
Mas o pertinaz povo e seu destino
(Que desta sorte o quis) lhe não perdoam.
Arrancam das espadas de aço fino
Os que por bom tal feito ali apregoam.

Contra a dama, ó peitos carnicheiros,
Feros vos amostrais – e cavaleiros?
(CAMÕES, 2018, III, 130, p. 91).

No decorrer da história, ao implorar sua vida, Inês pede ao Rei que ao menos tivesse piedade de seus filhos. Camões assim conta:

Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito
(Se de humano é matar a donzela,
Frac e sem força, só por ter *subjeito*
O coração a quem soube vencê-la),
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tens à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha

E se, vencendo a *Maura* resistência,
A morte sabes dar com fogo e ferro,
Sabe também dar vida, com clemência
A quem *pera* perdê-la não fez erro.
Mas, se to *assí* merece esta inocência,
Põe-me em perpétuo e mísero desterro,
Na Cítia fria ou lá na Líbia ardente,
Onde em lágrimas viva eternamente
(CAMÕES, 2018, III, 127-128, p. 90-1).

D. Afonso atende ao pedido de Inês de Castro, e livra seus filhos da morte, para não agir com demasiada crueldade, apenas atendendo as disposições públicas. A morte de Inês mostra as instâncias do funcionamento do poder. Camões e Maquiavel procuram refletir acerca da “razão do Estado”. Os dois autores, defrontando as questões nacionais, ansiavam por mudanças nos rumos da constituição dos seus Estados.

Maquiavel também se defrontou com questões acerca da maldade e da crueldade no ato de governar. Em determinado momento de *O príncipe*, afirmava:

E deve-se considerar que não existe coisa mais difícil de tratar, nem de êxito mais duvidoso, nem mais perigoso de lidar, que encabeçar a introdução de novas ordens. Porque o introdutor tem por inimigos todos aquelas que se beneficiavam das ordens antigas, e por tíbios defensores todos aqueles que se beneficiam das novas, tibieza essa que nasce, em parte, do medo dos adversários, que têm as leis do seu lado, em parte, da incredulidade dos homens, que não acreditam realmente nas coisas novas, enquanto não virem nascer daí uma experiência segura (MAQUIAVEL, 2017, VI, p. 123).

O cenário em que se coloca um soberano é marcado por dificuldades, que perpassam tanto seus inimigos como seus apoiadores. Maquiavel entende que o príncipe

[...] não deve acreditar ou movimentar-se sem ponderação, nem ter medo de si próprio: e proceder de modo que, temperado pela prudência e humanidade, nem a demasiada confiança o faça incauto, nem a demasiada desconfiança o torne intolerável (MAQUIAVEL, 2017, XVII, p. 193).

Maquiavel também chama atenção para a questão da crueldade e da piedade, que não deve ser tratada como uma questão moral. No capítulo XVII, afirma que “todo príncipe deve desejar ser tido por piedoso e não por cruel” (MAQUIAVEL, 2017, XVII, p. 193). E prossegue:

Deve, portanto, um príncipe não se preocupar com a má fama de cruel para manter os seus súditos unidos e fiéis, visto que,

com pouquíssimos exemplos, será mais piedoso do que aqueles que, por demasiada piedade, deixam prosseguir as desordens, de que nascem massacres ou rapinas; porque estes costumam ofender uma coletividade inteira, ao passo que as execuções que provêm do príncipe ofendem um particular (MAQUIAVEL, 2017, XVII, p. 193).

Por meio das ações políticas, Maquiavel analisa o Estado e seu governo no sentido de promover o bem comum, apontando que as regras de natureza estranha à política concreta não interfiram nas decisões dos soberanos. Maquiavel demonstra que a política

[...] possui uma lógica própria e razões que nem sempre são compatíveis com princípios que norteiam a ação humana em outros domínios, aponta para a necessidade de uma moral apropriada à política, enfatizando que os valores que regulam a ação dos indivíduos em outros domínios – familiar, profissional etc. – nem sempre coincidem com aqueles que regulam a ação política (BARROS, 2008, p. 240).

Camões, por sua vez, procura refletir acerca das questões que lhe são expressamente contemporâneas, buscando uma intenção política, que mostra elementos do novo contexto social e econômico experimentado pelo Portugal. Observa-se na obra de Camões, inserido numa época de desenvolvimento do empirismo renascentista, “a experiência como o caminho para a realidade, e a verdade histórica como objetivo a ser atingido” (LAFER, 1978, p. 120).

Esses elementos remetem a alguns pontos de discussão, como a questão do respeito do conhecimento das esferas do poder político para que se possa exercê-lo de fato e da identificação de conflitos, para então assegurar o agir eficiente. Não se trata, nesse processo, “de retirar a moralidade da política, mas de reconhecer que a política

tem sua própria lógica, seu próprio sistema normativo fundado em valores diferentes daqueles que regulam as ações dos indivíduos em suas relações particulares” (BARROS, 2008, p. 240).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos elementos analisados neste ensaio, foi possível aproximar algumas das reflexões elaboradas por Camões e Maquiavel presentes em suas principais obras. Embora vivendo em regiões diferentes da Europa, o poeta português e o filósofo político italiano compartilharam as preocupações de uma época marcada pela expansão econômica para outras regiões do planeta e pela constituição dos Estados nacionais.

Em suas principais obras, se percebe uma preocupação com o agir humano. No contexto de desenvolvimento do conhecimento científico, ambos apontavam para o fato de que as ações humanas não são uma mera emanção da vontade divina, mas produto de escolhas das pessoas, vindo a impactar suas vidas, seus erros e seus acertos.

Os dois autores também demonstraram preocupações com a moral na política, ou, para ser mais preciso, como a política acaba tendo elementos éticos e morais próprios, que escapam ao dogmatismo religioso e tem relação com as escolhas feitas pelos soberanos. No que se refere às escolhas, inclusive, Camões e Maquiavel compartilham das preocupações com os aliados do soberano e com aqueles que podem ganhar espaço como seus conselheiros mais próximos.

O tema que parece ser mais caro a Camões, e que também perpassa a obra de Maquiavel, tem relação com a piedade e as escolhas morais. O famoso episódio envolvendo Inês de Castro permite a Camões

uma reflexão sobre as escolhas que o soberano é obrigado a fazer e quais as bases das quais essas escolhas devem partir. Conforme se percebe nas reflexões de ambos os autores, são de escolhas a serem feitas em vida, a partir de bases concretas, que afetam pessoas, e cujas condicionantes não são religiosas e devem ter uma moral própria que as oriente.

Camões e Maquiavel vivenciaram a época do Renascimento, marcada por transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, das quais não foram apenas cronistas, mas também críticos e agentes que se viram enredados por suas tramas e contradições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Pedro. Camões e Tartessos: leituras em torno de dois excertos d'os Lusíadas. **SPAL - Revista de Prehistoria y Arqueología**, nº 17, p. 137–168, 2021.
- BARROS, Alberto Ribeiro. O pensamento político no final da Idade Média e no Renascimento. In: **Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BOTELHO, Michael Jones. Intertextualidade mitológica presente no episódio de Inês de Castro, transcrito na epopeia camoniana. **Revista Desassossego**, vº 15, nº 30, 117-128, 2023.
- CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Cotia: Pé da Letra, 2018.
- GOODY, Jack. **Renascimentos: um ou muito?** São Paulo: UNESP, 2011.
- LAFER, Celso. **Gil Vicente e Camões**. São Paulo: Ática, 1978.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- NEMI, Ana. **História Ibérica**. São Paulo: Contexto, 2024.

ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos**. São Paulo: UNESP, 2011.

SINGER, André. Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República. In: BORON, Atilio (org.). **Filosofia política moderna: De Hobbes a Marx**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.